

# **Aula 6 – O Primeiro Ato: O Governo Castelo Branco e a Institucionalização do Regime**

## **Desvendando o Início do Regime Militar: O Governo Castelo Branco**

Você já se perguntou como um país que vivia sob uma democracia, mesmo que instável, pôde, de repente, ver suas instituições transformadas e seu futuro reescrito? A história do Brasil é repleta de reviravoltas, e o período que se inicia após 1964 é um dos mais complexos e debatidos. Entender o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não é apenas revisitar o passado, mas compreender as raízes de muitas das estruturas políticas e sociais que ainda nos afetam hoje.

Esta aula foi cuidadosamente elaborada para você, estudante universitário em busca de aprofundamento ou candidato a concurso público que precisa de um conhecimento sólido e certificado. Nosso objetivo é que, ao final desta jornada, você seja capaz de identificar os principais marcos do governo Castelo Branco, analisar as motivações por trás das medidas institucionais e econômicas, e compreender como esse período foi crucial para a consolidação do regime militar no Brasil.

Vamos explorar os primeiros passos de um governo que prometia ser transitório, mas que lançou as bases para mais de duas décadas de autoritarismo. Abordaremos desde a criação de instrumentos de exceção, como o Ato Institucional nº 1, até as transformações econômicas e políticas que redesenharam o cenário nacional. Prepare-se para conectar os pontos e enxergar a complexidade por trás dos fatos históricos, utilizando uma perspectiva que incorpora as mais recentes análises historiográficas sobre o período.

# O Contexto Pós-Golpe: A Urgência da "Ordem"

Imagine a cena: o ano é 1964, e o Brasil está em ebulição. A polarização política atingiu seu auge, com manifestações de rua de ambos os lados e um clima de instabilidade que parecia insustentável. Em meio a esse cenário, as Forças Armadas, com apoio de setores civis conservadores, depõem o presidente João Goulart. O que se seguiu não foi um simples golpe, mas o início de um processo complexo de reestruturação do Estado brasileiro, liderado pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Castelo Branco, um intelectual militar, assumiu a presidência com a promessa de "normalizar" o país, restaurar a ordem e combater o que ele e seus apoiadores chamavam de "ameaça comunista" e "subversão". A ideia inicial era que o governo militar seria breve, um interregno necessário para "limpar" a política e a economia, e então devolver o poder aos civis. No entanto, a realidade se mostraria bem diferente, e as ações tomadas nesse período inicial seriam decisivas para a longevidade do regime.

Pense nisso como um médico que, diante de um paciente em crise, decide fazer uma "cirurgia de emergência" para estabilizar a situação. O problema é que essa cirurgia, embora prometida como rápida, acabou se estendendo e alterando permanentemente o corpo político do país. A urgência da "ordem" serviu como justificativa para medidas que, em tempos normais, seriam impensáveis em um Estado democrático de direito.

## Contexto Político

Polarização extrema entre grupos políticos

Manifestações de rua frequentes

Clima de instabilidade institucional

## Promessas Iniciais

Governo militar transitório e breve

"Normalização" do país

Combate à "subversão" e ao comunismo

## Realidade Posterior

Regime de longa duração (21 anos)

Medidas autoritárias permanentes

Reestruturação profunda do Estado brasileiro

# O Primeiro Gesto Autoritário: O Ato Institucional nº 1 (AI-1)

Logo após a tomada do poder em abril de 1964, o novo governo militar se viu diante de um dilema: como legitimar um golpe de Estado que havia derrubado um presidente constitucionalmente eleito? A resposta veio rapidamente, apenas nove dias depois, com a promulgação do **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**. Este documento não era uma lei comum; era uma norma de exceção, criada pelos próprios comandantes militares, que se sobrepunha à Constituição vigente e conferia poderes extraordinários ao Executivo.

O AI-1 foi, em essência, uma "carta branca" para o novo regime. Ele suspendeu garantias constitucionais, permitiu que o Presidente da República cassasse mandatos eletivos, suspendesse direitos políticos e demitisse funcionários públicos sem direito a recurso judicial. Era uma ferramenta para "limpar" o cenário político de opositores e consolidar o controle do governo sobre as instituições. A justificativa era a necessidade de combater a "corrupção e a subversão", mas na prática, abriu-se um precedente perigoso para a arbitrariedade.

Imagine que você está jogando uma partida de futebol e, de repente, um dos times, que acabou de assumir o controle do campo, decide que as regras do jogo não valem mais e que ele pode expulsar qualquer jogador do time adversário sem justificativa. O AI-1 funcionou de forma semelhante, desmantelando a estrutura democrática e concentrando poder nas mãos dos militares. As primeiras vítimas dessa nova "regra" seriam os políticos e cidadãos considerados inimigos do novo regime.



## Promulgação

9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar



## Poderes Concedidos

Suspensão de garantias constitucionais e permissão para cassação de mandatos



## Consequências

Desmantelamento da oposição e concentração de poder no Executivo

# As Cassações e a "Limpeza" Política

Com o AI-1 em mãos, o governo Castelo Branco deu início a uma série de **cassações** que varreram o cenário político brasileiro. Parlamentares, governadores, prefeitos, militares e até mesmo civis que eram considerados opositores ou "subversivos" tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos, seus mandatos cassados e, em muitos casos, foram demitidos de seus cargos públicos. Essa foi a primeira grande demonstração da força e da arbitrariedade do novo regime.

O objetivo dessas cassações era claro: eliminar qualquer foco de resistência e dismantelar as bases políticas que poderiam se opor ao projeto do governo. Nomes importantes da política da época, como os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, e figuras proeminentes como Juscelino Kubitschek, foram atingidos. Milhares de cidadãos comuns, de professores a sindicalistas, também sentiram o peso da repressão, perdendo seus empregos e sua liberdade de expressão.

Essa "limpeza" política, como era chamada pelos militares, foi um divisor de águas. Ela mostrou que o regime não hesitaria em usar a força para impor sua vontade, e que a legalidade democrática havia sido substituída por uma "legalidade" de exceção. Historiadores recentes, ao analisar esse período, destacam que as cassações não foram apenas um ato de retaliação, mas uma estratégia calculada para desmobilizar a oposição e criar um ambiente de medo e conformidade, pavimentando o caminho para a institucionalização do autoritarismo.

## Principais Alvos das Cassações

- Ex-presidentes (João Goulart, Jânio Quadros)
- Políticos influentes (Juscelino Kubitschek)
- Parlamentares de oposição
- Governadores e prefeitos não alinhados
- Militares considerados "nacionalistas"

## Consequências para a Sociedade

- Professores universitários demitidos
- Sindicalistas perseguidos
- Jornalistas censurados
- Funcionários públicos exonerados
- Clima generalizado de medo e autocensura

**10**

**Anos**

Período de suspensão dos direitos políticos dos cassados

**1.400+**

**Pessoas**

Aproximadamente atingidas por cassações e suspensões de direitos políticos no período inicial

**49**

**Parlamentares**

Cassados logo na primeira lista divulgada pelo regime

# A Economia sob Nova Direção: O PAEG

Enquanto o cenário político era reconfigurado à força, a economia brasileira também passava por grandes transformações. Antes de 1964, o país enfrentava uma grave crise econômica, marcada por uma inflação galopante, descontrole fiscal e baixo crescimento. O governo militar, sob a liderança de Castelo Branco, considerava a estabilização econômica uma prioridade máxima para legitimar sua atuação e garantir o apoio de setores empresariais e da classe média.

Para enfrentar esses desafios, foi lançado o **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**, idealizado por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões. O PAEG era um plano ambicioso que visava combater a inflação, promover o crescimento econômico e atrair investimentos estrangeiros. Suas principais medidas incluíam o arrocho salarial (controle dos aumentos de salário para frear a inflação), o corte de gastos públicos, a reforma financeira e tributária, e a abertura da economia para o capital internacional.

Pense no PAEG como uma "cirurgia econômica" de grande porte. O país estava doente, e os médicos (os economistas do regime) prescreveram um tratamento rigoroso, com medidas impopulares, mas que, segundo eles, eram essenciais para a recuperação. O objetivo era estabilizar a moeda, organizar as contas públicas e criar um ambiente favorável aos negócios, mesmo que isso significasse sacrifícios para a população, especialmente para os trabalhadores.



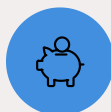
## Controle da Inflação

Arrocho salarial e controle de preços para reduzir a pressão inflacionária que chegava a 100% ao ano



## Corte de Gastos

Redução de despesas públicas e maior controle orçamentário para equilibrar as contas do governo



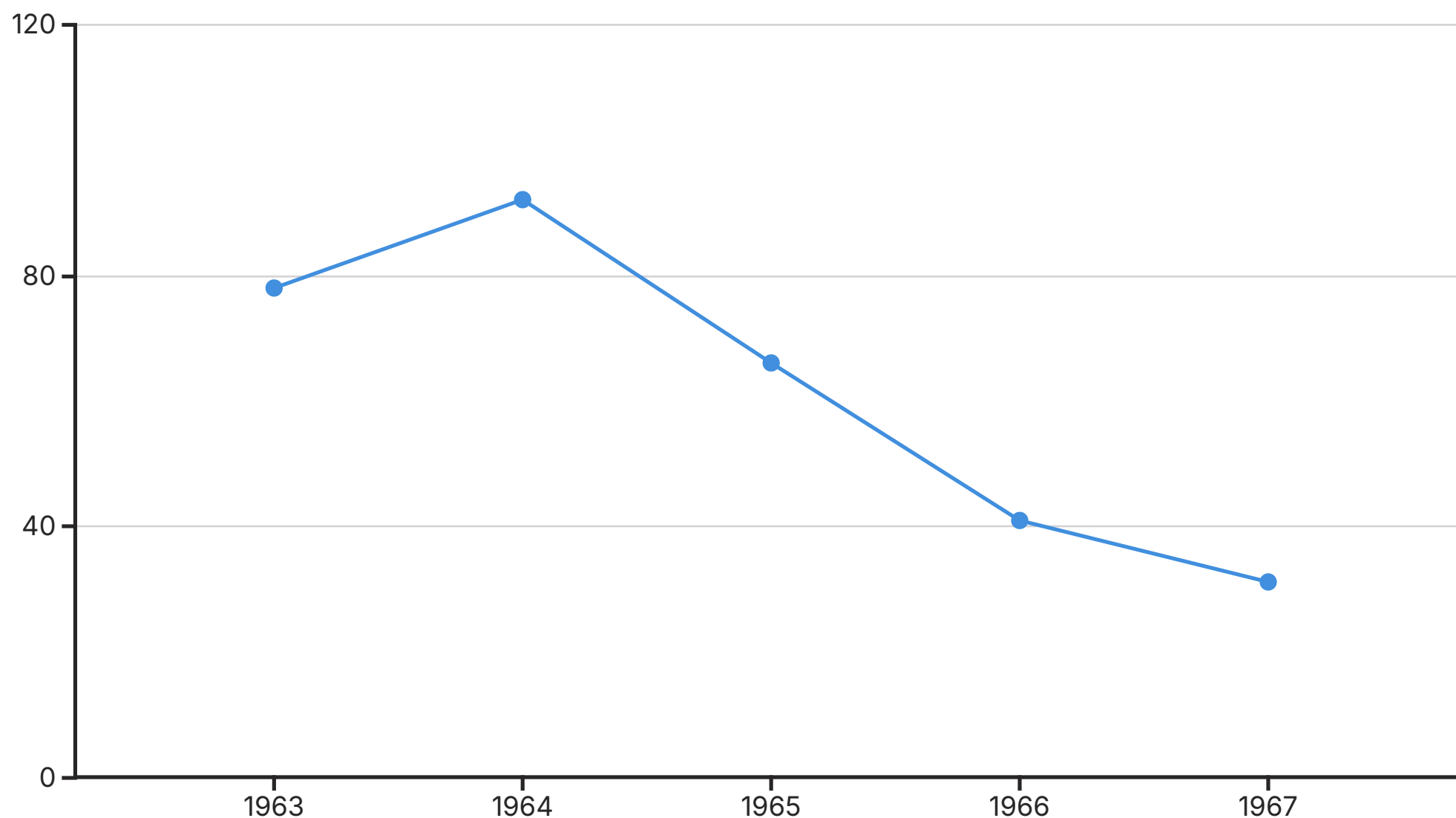
## Reforma Financeira

Criação do Banco Central e reorganização do sistema financeiro nacional



## Abertura Externa

Incentivo ao capital estrangeiro e maior integração com a economia internacional



# Impactos e Controvérsias do PAEG

Os resultados do PAEG foram mistos e geraram intensos debates que persistem até hoje. Por um lado, o programa conseguiu, de fato, controlar a inflação, que caiu significativamente nos anos seguintes. Houve também uma modernização do sistema financeiro e um aumento das exportações. Esses resultados foram vistos pelo governo como um sucesso, demonstrando a capacidade técnica da nova gestão.

Por outro lado, o custo social do PAEG foi alto. O arrocho salarial, por exemplo, levou à perda do poder de compra dos trabalhadores, gerando insatisfação e contribuindo para a concentração de renda. As medidas de austeridade também afetaram o investimento em áreas sociais. Muitos historiadores e economistas criticam o PAEG por ter priorizado a estabilização macroeconômica em detrimento da distribuição de renda e do bem-estar social, pavimentando o caminho para um modelo de crescimento que beneficiaria principalmente os grandes grupos econômicos.

Conectando com a sua vida, imagine que você precisa economizar para um grande objetivo, como comprar um carro. Você corta gastos, aperta o cinto, e no final, consegue o dinheiro. Mas e se, para isso, você teve que abrir mão de coisas essenciais, como alimentação ou saúde? O PAEG, para muitos, foi assim: alcançou a meta de estabilização, mas com um custo social elevado.

Conceito	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo de Medida
<b>PAEG</b>	Política Econômica	Governo Castelo Branco	Arrocho salarial, reforma tributária
<b>Plano Cruzado</b>	Política Econômica	Governo Sarney (1986)	Congelamento de preços e salários
<b>Plano Real</b>	Política Econômica	Governo Itamar Franco (1994)	Criação da URV, controle fiscal rigoroso

## Resultados Positivos

- Redução significativa da inflação
- Modernização do sistema financeiro
- Criação do Banco Central
- Aumento das exportações
- Retomada gradual do crescimento econômico

## Custos Sociais

- Perda do poder de compra dos trabalhadores
- Aumento da concentração de renda
- Redução de investimentos em áreas sociais
- Crescimento da dívida externa
- Aumento da dependência de capital estrangeiro

❏ O debate sobre o PAEG continua relevante para entendermos as escolhas econômicas atuais do Brasil. Muitas das reformas implementadas naquele período estabeleceram estruturas que persistem até hoje no sistema financeiro e tributário brasileiro.

# A Farsa da Normalidade: O AI-2 e o Fim do Pluripartidarismo

Apesar das promessas iniciais de retorno à normalidade democrática, o governo Castelo Branco percebeu que a oposição, mesmo enfraquecida pelas cassações do AI-1, ainda representava um desafio. A eleição de governadores em 1965, que resultou na vitória de candidatos da oposição em estados importantes como Minas Gerais e Guanabara, acendeu um alerta para os militares. A "normalidade" que eles buscavam não era a democracia plena, mas uma ordem controlada.

Diante desse cenário, o regime decidiu apertar ainda mais o cerco. Em outubro de 1965, foi promulgado o **Ato Institucional nº 2 (AI-2)**. Este novo ato foi ainda mais duro que o primeiro. Ele extinguiu todos os partidos políticos existentes no país, acabando com o pluripartidarismo e, conseqüentemente, com a diversidade de representação política. Além disso, o AI-2 estabeleceu a eleição indireta para presidente da República, garantindo que a escolha do próximo chefe de Estado estivesse sob o controle do Congresso Nacional, já "purificado" e alinhado ao regime.

Pense nisso como um jogo de tabuleiro onde, no meio da partida, o jogador que está ganhando decide mudar as regras: ele não só expulsa alguns adversários (AI-1), mas também dissolve todos os times existentes e impõe que, a partir de agora, só haverá dois times, um deles sempre aliado a ele (AI-2). O AI-2 foi um golpe fatal na democracia brasileira, transformando o sistema político em uma fachada controlada, onde a verdadeira disputa pelo poder ocorria nos bastidores militares.



⚠ O AI-2 representou um aprofundamento do autoritarismo, demonstrando que o regime não toleraria nem mesmo uma oposição limitada dentro das regras que ele mesmo havia estabelecido inicialmente.

# A Bipartidarização: ARENA e MDB

Com a extinção de todos os partidos políticos pelo AI-2, o governo militar criou um novo sistema partidário, forçando a formação de apenas duas agremiações: a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** e o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**. Essa medida visava dar uma aparência de normalidade democrática, com um partido de situação e um de oposição, mas na prática, o controle do regime era absoluto.

A **ARENA** era o partido do governo, reunindo os políticos que apoiavam o regime militar. Sua função era dar sustentação às políticas do Executivo no Congresso e nas assembleias estaduais. Já o **MDB** foi criado para ser a "oposição consentida". Embora abrigasse figuras que genuinamente se opunham ao regime, sua atuação era limitada pelas regras impostas pelos militares. O MDB era como um "freio de mão" que o regime podia acionar a qualquer momento, impedindo que a oposição se tornasse uma ameaça real.

Essa bipartidarização foi uma estratégia para canalizar e controlar a vida política do país. Ela impedia a fragmentação da oposição e garantia que o debate político ocorresse dentro de limites pré-estabelecidos pelo regime. O sistema funcionava como um teatro, onde os papéis de "situação" e "oposição" eram definidos, mas o roteiro final era sempre ditado pelos militares.

Conceito	Papel no Regime	Composição Principal	Exemplo de Atuação
<b>ARENA</b>	Partido de Situação	Apoiadores do regime, militares	Sustentação legislativa ao governo
<b>MDB</b>	Oposição Consentida	Opositores moderados, dissidentes	Críticas limitadas, busca por abertura

## ARENA

- Formada principalmente por ex-membros da UDN e PSD
- Slogan: "Você constrói o Brasil"
- Maioria absoluta no Congresso Nacional
- Aprovava automaticamente projetos do Executivo
- Seus membros ocupavam cargos importantes no governo

## MDB

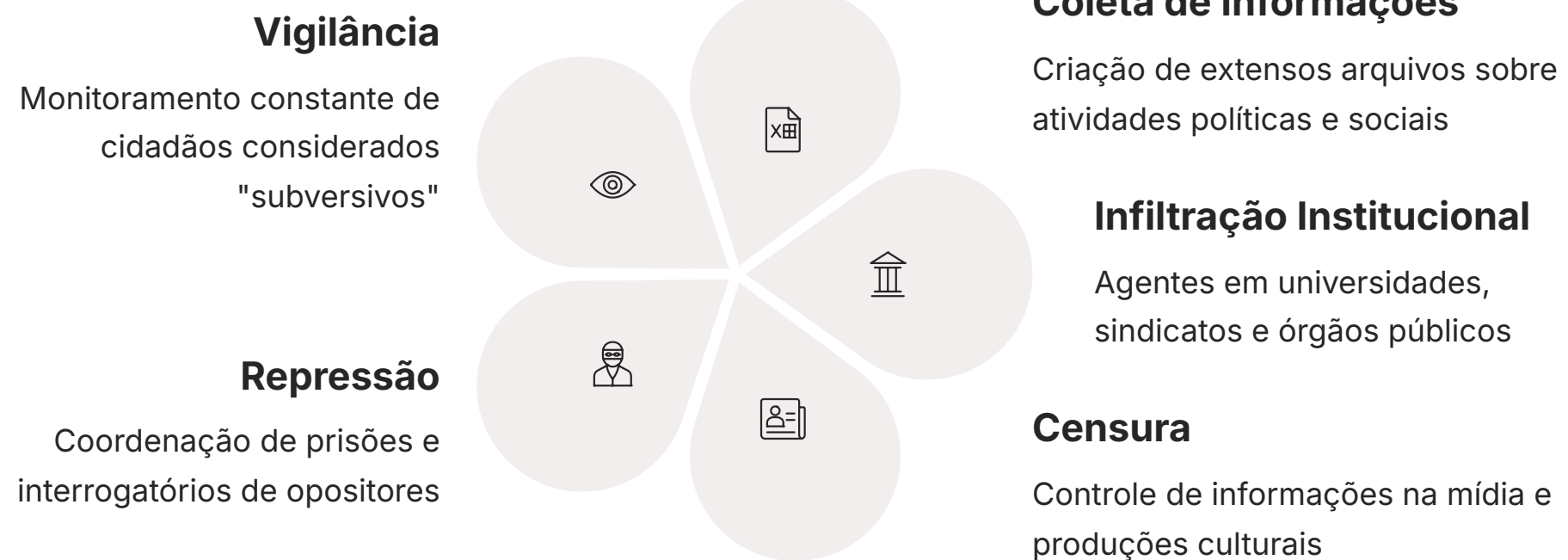
- Formada por ex-membros do PTB e dissidentes de outros partidos
- Atuação limitada e constantemente vigiada
- Minoria no Congresso, sem poder real de oposição
- Sofria com cassações frequentes de seus membros mais combativos
- Gradualmente se tornou canal legítimo de expressão da insatisfação popular

# A Consolidação do Aparato Repressivo: O SNI

A institucionalização do regime militar não se deu apenas através de atos institucionais e reformas políticas; ela também se consolidou com a criação e o fortalecimento de um robusto aparato de segurança e repressão. O governo Castelo Branco, preocupado em identificar e neutralizar qualquer forma de oposição ou "subversão", investiu pesadamente na inteligência e na vigilância.

Nesse contexto, foi criado o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, em 1964. O SNI não era apenas um órgão de inteligência; ele se tornou o principal braço do regime para monitorar, investigar e reprimir atividades consideradas ameaçadoras à segurança nacional. Sua estrutura era vasta, com ramificações em todos os ministérios, órgãos públicos e até mesmo em empresas estatais, funcionando como os "olhos e ouvidos" do governo em todo o território nacional.

Imagine o SNI como uma grande rede de vigilância, com sensores espalhados por todo o país, captando informações sobre qualquer movimento que pudesse ser interpretado como uma ameaça. Essa rede não apenas coletava dados, mas também atuava na repressão, coordenando ações de censura, prisões e investigações. A criação e o fortalecimento do SNI foram cruciais para a manutenção do regime, garantindo que a informação fosse controlada e que a oposição fosse rapidamente identificada e neutralizada.



- ⊗ O SNI foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva, considerado um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, que via ameaças à segurança do Estado em praticamente todas as formas de manifestação política e social contrárias ao regime.

# A Atuação do SNI e Suas Consequências

A atuação do SNI foi abrangente e teve profundas consequências para a sociedade brasileira. O órgão monitorava não apenas grupos políticos de oposição, mas também estudantes, artistas, intelectuais, jornalistas e qualquer cidadão que pudesse expressar ideias contrárias ao regime. A censura prévia a jornais, revistas, livros, peças de teatro, músicas e filmes tornou-se uma prática comum, sufocando a liberdade de expressão e a produção cultural.

As informações coletadas pelo SNI eram usadas para embasar prisões, inquéritos e perseguições políticas. Muitos cidadãos foram detidos, interrogados e, em alguns casos, torturados com base em relatórios de inteligência. O medo e a autocensura se espalharam, pois as pessoas sabiam que estavam sendo vigiadas e que qualquer deslize poderia ter sérias consequências.

A consolidação do aparato repressivo, com o SNI em seu centro, foi um pilar fundamental para a institucionalização do regime. Ela garantiu que, mesmo com as mudanças políticas e econômicas, o controle sobre a população e a eliminação da dissidência fossem mantidos. Esse legado de vigilância e repressão é um dos aspectos mais sombrios e debatidos do período militar, e sua compreensão é essencial para entender as cicatrizes deixadas na sociedade brasileira.

## Alvos Principais do SNI

- Políticos de oposição e ex-políticos cassados
- Líderes sindicais e trabalhadores organizados
- Professores e estudantes universitários
- Jornalistas e profissionais da imprensa
- Artistas, músicos e produtores culturais
- Religiosos ligados a movimentos sociais
- Qualquer cidadão denunciado como "subversivo"

## Métodos de Atuação

- Infiltração de agentes em organizações
- Interceptação de correspondências
- Escutas telefônicas ilegais
- Vigilância constante de suspeitos
- Criação de extensos arquivos sobre cidadãos
- Censura prévia a meios de comunicação
- Coordenação com órgãos de repressão

### Impacto na Cultura

A censura prévia limitou drasticamente a produção cultural brasileira, forçando artistas a usarem metáforas e linguagem cifrada para expressar críticas ao regime. Muitas obras foram proibidas, e artistas foram exilados ou silenciados.

### Impacto na Educação

Universidades sofreram intervenções, com professores afastados e currículos modificados. A vigilância constante criou um ambiente de medo que prejudicou o debate acadêmico e a liberdade de pensamento.

### Legado para o Brasil

O aparato de vigilância criado pelo SNI deixou marcas profundas na sociedade brasileira, com consequências que se estendem até hoje na forma como lidamos com questões de segurança pública, privacidade e liberdades civis.

# A Sucessão Presidencial: A Eleição Indireta de Costa e Silva

Com o fim do mandato de Castelo Branco se aproximando, a questão da sucessão presidencial se tornou central. As promessas iniciais de retorno à democracia e de eleições diretas haviam sido sepultadas pelo AI-2, que estabeleceu a eleição indireta para presidente da República. Isso significava que o próximo presidente seria escolhido pelos membros do Congresso Nacional, já sob o controle do regime.

O processo de escolha de um sucessor para Castelo Branco não foi uma eleição democrática, mas sim uma decisão interna das Forças Armadas, com a chancela do Congresso. O nome escolhido foi o do Marechal **Arthur da Costa e Silva**, um militar com perfil mais linha-dura do que Castelo Branco. Sua indicação sinalizava que o regime não apenas se consolidaria, mas que poderia, inclusive, endurecer ainda mais.

Pense nesse processo como um "jogo de cartas marcadas". Embora houvesse um rito eleitoral, o resultado já estava predeterminado pelos militares. A eleição de Costa e Silva, em 1967, marcou a transição para uma nova fase do regime, onde a repressão se intensificaria e as liberdades civis seriam ainda mais cerceadas. Esse momento é crucial para entender a continuidade e a evolução do autoritarismo no Brasil.

## Decisão nos Bastidores

O Alto Comando das Forças Armadas decide internamente que Costa e Silva será o sucessor, sem consulta popular ou debate público.

## "Eleição" no Congresso

O Congresso Nacional, dominado pela ARENA, realiza a votação indireta, apenas para cumprir o rito formal estabelecido pelo AI-2.

## Formalização da Candidatura

A ARENA, partido do governo, oficializa a candidatura de Costa e Silva como seu candidato único à presidência.

## Posse e Nova Fase

Costa e Silva toma posse em março de 1967, iniciando uma fase de maior endurecimento do regime militar brasileiro.

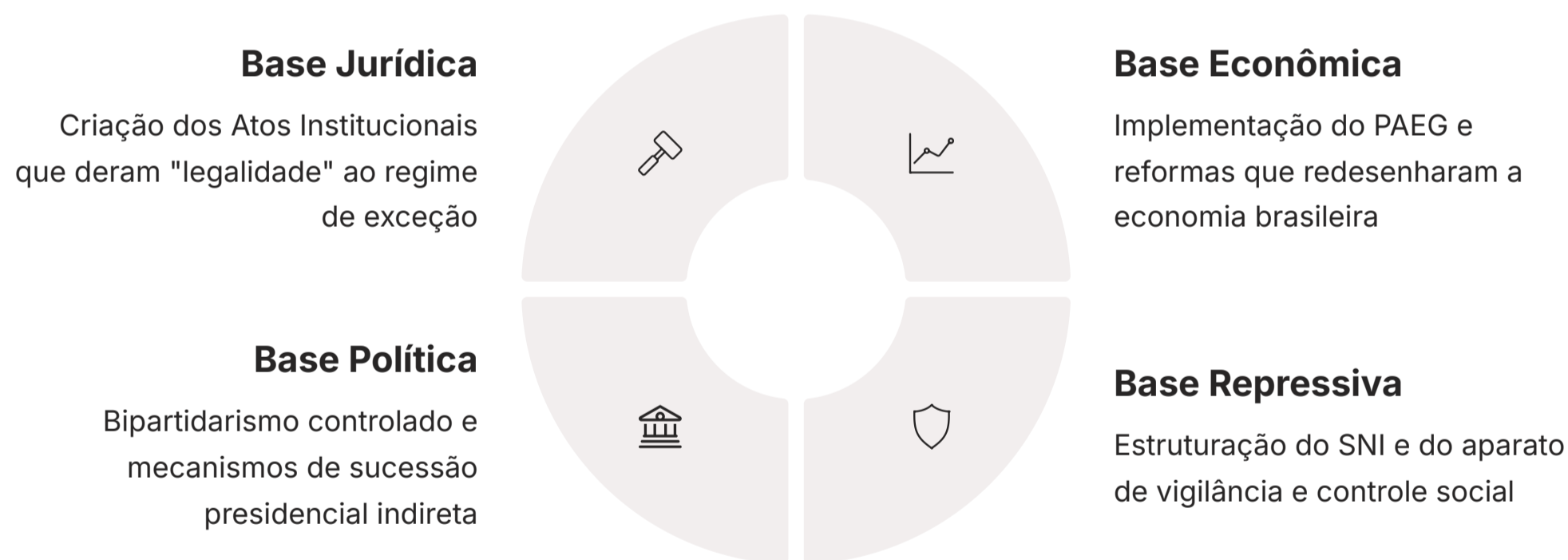
**i** Costa e Silva era considerado representante da "linha-dura" militar, em contraste com o grupo "castelista" (seguidores de Castelo Branco), que era visto como relativamente mais moderado. Essa mudança de perfil sinalizava o fortalecimento das correntes mais autoritárias dentro do regime.

# O Legado de Castelo Branco: Pontos de Virada

O governo Castelo Branco, que durou de 1964 a 1967, foi um período de transição e de profunda reestruturação para o Brasil. Embora tenha sido o primeiro presidente militar após o golpe, e muitas vezes seja lembrado como o mais "moderado" entre os generais-presidentes, foi sob sua gestão que as bases do regime autoritário foram solidificadas.

Foi Castelo Branco quem promulgou os Atos Institucionais nº 1 e nº 2, que desmantelaram a democracia, extinguiram partidos políticos e concentraram poder nas mãos do Executivo. Foi também em seu governo que o PAEG lançou as bases de uma nova política econômica, com impactos sociais duradouros. E foi sob sua liderança que o aparato repressivo, com o SNI, começou a se consolidar, pavimentando o caminho para o período de maior repressão.

Historiadores debatem se Castelo Branco realmente pretendia uma transição mais rápida para a democracia ou se suas ações já visavam a institucionalização do regime. O fato é que, independentemente de suas intenções, suas decisões foram pontos de virada que transformaram o Brasil. Ele não apenas iniciou o regime, mas o moldou, criando as estruturas que permitiriam sua continuidade e endurecimento nos anos seguintes.



## Visão "Moderada"

Alguns historiadores argumentam que Castelo Branco tinha uma visão mais institucional e pretendia um regime transitório, sendo pressionado pela "linha-dura" a adotar medidas mais severas.

"Castelo Branco foi um moderado cercado por radicais, que acabou cedendo às pressões para manter a unidade das Forças Armadas."

## Visão "Institucionalista"

Outros historiadores defendem que Castelo Branco sempre teve como objetivo criar as bases institucionais para um regime duradouro, apenas com uma fachada mais legalista.

"As ações de Castelo Branco demonstram um projeto claro de institucionalização do autoritarismo, com uma estratégia calculada de controle político e social."

# Reflexões Contemporâneas sobre o Período

Estudar o governo Castelo Branco e a institucionalização do regime militar não é apenas um exercício de memória histórica; é uma ferramenta essencial para compreender o Brasil de hoje. Muitos dos debates sobre democracia, autoritarismo, liberdade de expressão e o papel das Forças Armadas na política brasileira têm suas raízes fincadas nesse período.

A análise historiográfica recente tem se aprofundado nas complexidades do golpe de 1964 e dos anos seguintes, mostrando que não houve um consenso unânime sobre o regime, mesmo entre os militares. Compreender as motivações, as disputas internas e as consequências das decisões tomadas naquele momento nos ajuda a interpretar as crises políticas e econômicas do século XXI, a polarização social e a persistência de certas mentalidades.

Conectando com as tendências de 2025, a discussão sobre a resiliência das instituições democráticas e os riscos de rupturas autoritárias permanece altamente relevante. Ao entender como um regime de exceção foi construído e institucionalizado, somos capazes de identificar sinais de alerta e valorizar a importância da defesa da democracia e dos direitos humanos em nosso próprio tempo. A história, nesse sentido, não é apenas o passado, mas um guia para o presente e o futuro.

## Legado Institucional

Muitas das estruturas criadas durante o regime militar permanecem, de alguma forma, presentes nas instituições brasileiras atuais. A Constituição de 1988, embora democrática, manteve aspectos da organização estatal do período anterior.

## Legado Econômico

O modelo econômico implementado pelo PAEG estabeleceu bases para políticas que persistiram por décadas, como a concentração de renda e a dependência de capital externo, questões que ainda desafiam o desenvolvimento brasileiro.

## Legado Social

O período deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira, com impactos na forma como lidamos com conflitos políticos, na confiança nas instituições e na própria construção da cidadania no país.

## Lições para a Democracia

O estudo do período Castelo Branco nos ensina sobre a fragilidade das instituições democráticas quando não há um compromisso real com seus valores fundamentais. A democracia não se sustenta apenas em leis e procedimentos formais; ela requer uma cultura política que valorize o pluralismo, o debate e o respeito aos direitos humanos.

## Alertas Contemporâneos

A história do regime militar nos alerta para os riscos de discursos que justificam medidas excepcionais em nome da "ordem" ou da "segurança nacional". A vigilância constante e a defesa intransigente das liberdades civis são essenciais para evitar retrocessos autoritários, mesmo em contextos de crise.

# Preparando-se para o Próximo Capítulo

Chegamos ao fim de nossa exploração sobre o governo Castelo Branco, um período fundamental para entender a gênese e a institucionalização do regime militar no Brasil. Vimos como o AI-1 e o AI-2 desmantelaram a democracia, como o PAEG redesenhou a economia e como o SNI consolidou o aparato repressivo. Essas ações não foram isoladas; elas formaram um conjunto de medidas que transformaram profundamente a estrutura política e social do país.

O governo Castelo Branco, com sua promessa de "normalização" e sua retórica de combate à "subversão", na verdade, lançou as bases para um período de autoritarismo prolongado. A eleição indireta de Costa e Silva, um militar de perfil mais rígido, sinalizou que o regime não apenas se manteria, mas que se preparava para uma fase de maior endurecimento.

Na próxima aula, mergulharemos no **Governo Costa e Silva e o AI-5**, o período que marcou o ápice da repressão e da violência do regime militar. Prepare-se para entender como as sementes plantadas por Castelo Branco germinaram em um cenário de censura, perseguição e violação de direitos humanos. A jornada continua, e cada passo é essencial para a sua compreensão da História do Brasil Contemporâneo.



## Governo Castelo Branco

Institucionalização do regime através de atos institucionais, reformas econômicas e aparato repressivo



## Governo Costa e Silva

Endurecimento do regime com o AI-5 e intensificação da repressão política



## "Anos de Chumbo"

Período de maior violência e perseguição política durante o regime militar

📖 Para aproveitar ao máximo a próxima aula, revise os conceitos fundamentais sobre os Atos Institucionais e o aparato repressivo que discutimos hoje. Esses elementos serão cruciais para compreender como o regime evoluiu para sua fase mais dura.

# Consolidação e Autoavaliação

Nesta aula, desvendamos os primeiros anos do regime militar no Brasil, focando no governo Castelo Branco. Compreendemos como o Ato Institucional nº 1 e as cassações iniciais desmantelaram a oposição, como o PAEG buscou estabilizar a economia com alto custo social, e como o Ato Institucional nº 2 e a bipartidarização (ARENA e MDB) consolidaram o controle político. Vimos também a criação do SNI, peça-chave no aparato repressivo, e a eleição indireta de Costa e Silva, que prenunciou um endurecimento do regime.

## Em prática:

- Você agora pode identificar os principais instrumentos legais (AI-1, AI-2) que institucionalizaram o regime militar.
- Consegue analisar as consequências das políticas econômicas do PAEG para a sociedade brasileira.
- Compreende como a bipartidarização (ARENA e MDB) controlou o cenário político.
- Entende o papel do SNI na repressão e vigilância durante o período.
- Está preparado para contextualizar o governo Castelo Branco como a base para o endurecimento posterior do regime.

## Autoavaliação

1

**Qual foi o principal objetivo do Ato Institucional nº 1 (AI-1) promulgado pelo governo Castelo Branco?**

- a) Restabelecer as eleições diretas para presidente.
- b) Criar um plano econômico de combate à inflação.
- c) Suspender garantias constitucionais e permitir cassações de mandatos.
- d) Instituir o pluripartidarismo no Brasil.

2

**O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado no governo Castelo Branco, tinha como um de seus principais focos:**

- a) Aumentar o poder de compra dos salários para estimular o consumo.
- b) Combater a inflação e estabilizar a economia.
- c) Promover a reforma agrária em larga escala.
- d) Nacionalizar todas as empresas estrangeiras no Brasil.

3

**O Ato Institucional nº 2 (AI-2) teve como uma de suas consequências mais significativas:**

- a) A criação de um sistema de eleições diretas para todos os cargos.
- b) A dissolução de todos os partidos políticos e a criação da ARENA e do MDB.
- c) A ampliação da liberdade de imprensa e de expressão.
- d) A descentralização do poder para os estados e municípios.

4

**O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado no governo Castelo Branco, desempenhou um papel crucial na:**

- a) Promoção de programas sociais e de educação.
- b) Coordenação de políticas de desenvolvimento regional.
- c) Consolidação do aparato repressivo, vigilância e censura.
- d) Negociação de acordos comerciais com países estrangeiros.

5

**Explique, em 3 a 5 linhas, como o governo Castelo Branco, apesar de ser considerado por alguns como "moderado", foi fundamental para a institucionalização do regime militar no Brasil.**

[Espaço para resposta]

# Gabarito:

1. c)
2. b)
3. b)
4. c)
5. O governo Castelo Branco foi crucial para a institucionalização do regime ao criar os instrumentos legais de exceção (AI-1 e AI-2) que desmantelaram a democracia, extinguiram partidos e concentraram poder. Além disso, consolidou o aparato repressivo com o SNI e implementou o PAEG, que, embora econômico, reforçou a autoridade do Estado. Essas ações, mesmo que sob a retórica de "normalização", pavimentaram o caminho para a continuidade e o endurecimento do autoritarismo nos governos seguintes.

## Principais Instrumentos de Institucionalização

- **AI-1:** Cassações e suspensão de garantias constitucionais
- **AI-2:** Fim do pluripartidarismo e eleições indiretas
- **PAEG:** Reformas econômicas e controle social
- **SNI:** Aparato de vigilância e repressão

## Consequências para a Democracia

- Eliminação da oposição política organizada
- Controle do processo eleitoral e sucessório
- Cerceamento das liberdades civis e políticas
- Criação de uma "legalidade" de exceção

## Legado para os Governos Seguintes

- Base jurídica para o aprofundamento do autoritarismo
- Modelo econômico concentrador de renda
- Estrutura repressiva que seria ampliada nos "anos de chumbo"
- Mecanismos de controle social e político

# Próxima Aula: Aula 7 – O Endurecimento do Regime: O Governo Costa e Silva e o AI-5

## Recursos Adicionais:

- **Livro:** "1964: O Brasil no Regime Militar" de Marcos Napolitano (para aprofundar a análise historiográfica).
- **Documentário:** "O Dia que Durou 21 Anos" (para visualizar o contexto do golpe e seus desdobramentos).
- **Artigos acadêmicos:** Busque por "Governo Castelo Branco" em periódicos de História (para acesso a pesquisas atualizadas).

**NOTA IMPORTANTE:** As informações históricas e políticas desta aula estão fundamentadas em fontes validadas e análises historiográficas atualizadas até 2025. Consulte sempre obras de historiadores renomados e documentos oficiais para aprofundamento.

## Leitura Recomendada


Obra essencial para compreender o contexto histórico e as análises contemporâneas sobre o período militar.

## Documentário Sugerido

Apresenta documentos e depoimentos reveladores sobre a participação estrangeira no golpe de 1964.

## Pesquisa Acadêmica

Busque artigos em periódicos especializados para acessar as mais recentes interpretações historiográficas.

 Lembre-se de que o estudo da história recente do Brasil é fundamental para a formação de uma consciência crítica sobre nossa democracia. Prepare-se para a próxima aula revisando os conceitos apresentados hoje!